

NOVAS NOTAS SOBRE O MERCADO DE ESCRAVOS PARA O BRASIL - SÉCULOS XVIII E XIX

MANOLO GARCIA FLORENTINO
Departamento de História - UFRJ

1.

Houve um tempo em que comprar e vender homens era tão comum quanto adquirir cavalos ou bois. Bons dentes, nenhum sinal de doenças e, sobretudo, boa capacidade de trabalho -- tais eram as qualidades que tornavam atrativas estas mercadorias vivas. Quase sempre os adultos eram mais caros do que as crianças ou os velhos, e os homens mais valorizados do que as mulheres.

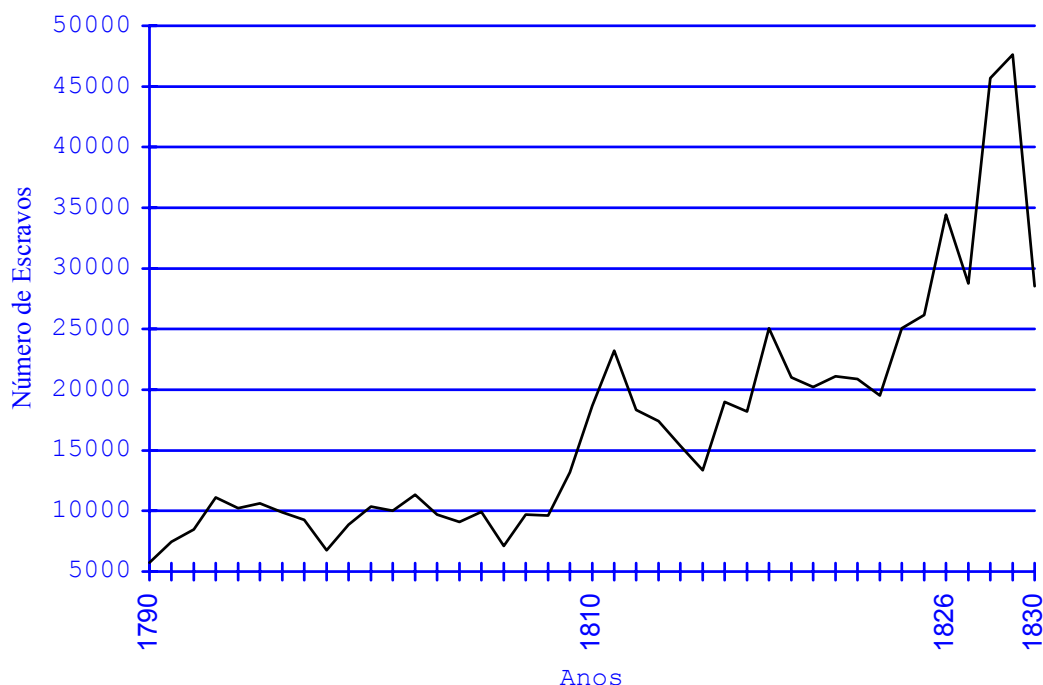
Mas o tráfico era bem mais do que um simples deslocamento populacional. Era também em um negócio sobre o qual vale a pena se debruçar. Além disso, sabe-se que por quase meio século - *grosso modo*, de 1810 a 1850 - as elites brasileiras puderam resistir às poderosas pressões britânicas pelo seu fim. Para compreender como isto foi possível deve-se tomar o tráfico enquanto um importante circuito interno de acumulação de riqueza e poder que nada tinha de moderno (isto é, de capitalista), e que gozava de grande autonomia frente ao capital internacional. Os lucros por ele gerados transformaram os mercadores de almas na verdadeira elite brasileira, posição que lhes facultava influenciar decisivamente os destinos do Estado.

Para além da abundância e da qualidade da documentação existente em arquivos e bibliotecas locais, diversas razões levaram-me a analisar alguns destes problemas fixando o olhar sobre o tráfico de africanos para o Rio de Janeiro. Cento e setenta mil pessoas viviam na capitania do Rio de Janeiro em 1789. Metade estavam escravizadas. Trinta e quatro anos depois, embora os cativos representassem apenas um entre cada três habitantes da então província fluminense, seu número alcançava mais de 150 mil almas -- quase o dobro da cifra de 1789. Contínuos desembarques de africanos sustentavam este crescimento -- quase oito mil por ano até a chegada de D. João, dezoito mil anuais daí até a Independência. Quantos se surpreenderiam com o fato de os africanos representarem entre metade e 80% dos escravos do Rio de Janeiro?¹ Trata-se, pois, de uma área onde, até mesmo por causa do tráfico, os escravos somente podiam se reproduzir adequadamente através do fluxo externo de africanos.

Outra razão para se ter escolhido estudar o tráfico para o Rio de Janeiro é seu volume. Nos quarenta anos decorridos entre 1790 e 1830 o porto carioca recebeu quase 700.000 africanos - uma média de mais de 17.000 homens e mulheres por ano. Se durante a primeira década do século XIX ali desembarcaram quase metade de todos os africanos aportados no Brasil, a partir de 1810, até 1830, seu número subiu vertiginosamente, variando entre 70% e 90% de todas as importações do país.

Em uma escala comparativa continental, os cerca de 300.000 africanos importados através do Rio de Janeiro entre 1790 e 1810 conformaram um volume superior a todo o tráfico deste intervalo para os Estados Unidos, América Espanhola e colônias holandesas e dinamarquesas do Caribe *juntos*. Representou, ainda, aproximadamente 70% do tráfico inglês e 85% do francês. Depois de 1810, quando o comércio carioca de africanos só encontrava competidores de peso em Cuba, seus desembarques eram de duas a quatro vezes maiores do que os cubanos. É possível, enfim, que o tráfico carioca não encontrasse par mesmo em escala planetária, pois seu volume era superior aos 14.500 escravos que anualmente cruzavam o Sahara para os países árabes, o segundo maior fluxo de cativos do mundo no século XIX.² As flutuações dos desembarques de africanos estão expressas no gráfico 1.

Gráfico 1: Flutuações das Entradas de Escravos Provenientes da África no Porto do Rio Janeiro, 1790-1830



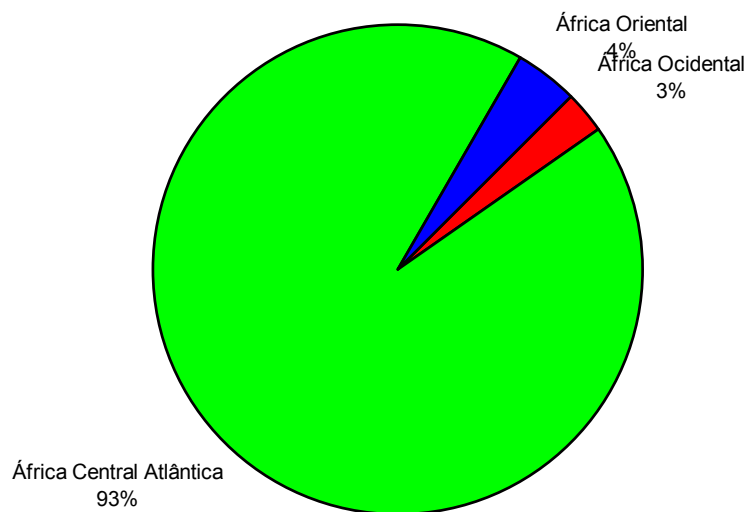
Fonte: FLORENTINO, Manolo. *Em Costas Negras: Uma História do Tráfico de Escravos entre a África e o Rio de Janeiro (Séculos XVIII e XIX)*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997, p. 51.

2.

Três eram as grandes zonas africanas de onde partiam os navios negreiros para o porto do Rio de Janeiro: a África Central Atlântica (a área congo-angolana), a África Ocidental (as regiões ao redor do Golfo da Guiné), e a África Oriental (o litoral do oceano Índico).

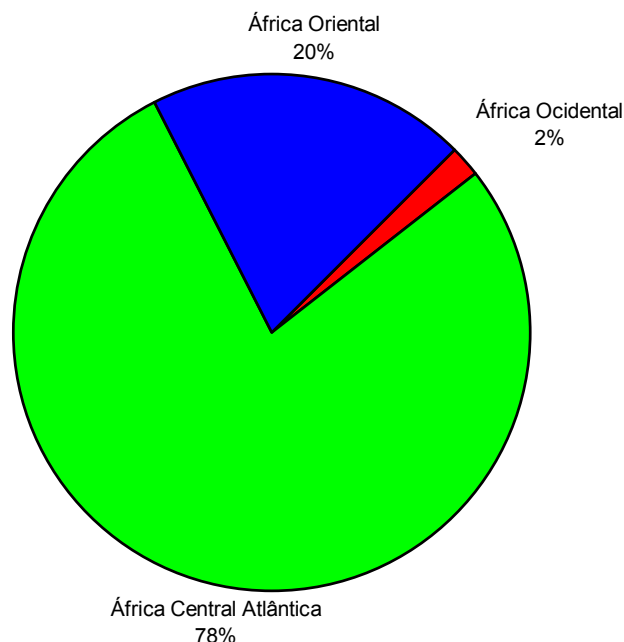
Entre 1795 e 1830 a África Central Atlântica permaneceu como a principal exportadora de homens para o Rio de Janeiro. Embora tenha baixado em termos relativos (de 93% para 78%) depois de 1811, o volume de negreiros provenientes desta região triplicou em termos absolutos (vejam os gráficos 2 e 3). A participação da África Ocidental, já pequena no tráfico carioca entre 1790 e 1811, decresceu com o passar do tempo, desaparecendo por completo a partir de 1816: tal foi o resultado prático da proibição do tráfico ao norte do Equador, de acordo com as diretrizes do Congresso de Viena (1815). Por certo, após este ano muitos cativos originários do Golfo da Guiné continuaram a entrar no Rio de Janeiro, mas eram provenientes de outras áreas brasileiras (da Bahia, por exemplo). Através de um insignificante contrabando, porém, poucos foram os escravos desembarcados diretamente da África Ocidental.

Gráfico 2: Participação (%) das Grandes Áreas de Procedência dos Negreiros Atracados no Porto do Rio de Janeiro, 1795-1810



Fonte: FLORENTINO, Manolo. *Em Costas Negras: Uma História do Tráfico de Escravos entre a África e o Rio de Janeiro (Séculos XVIII e XIX)*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997, p. 80.

Gráfico 3: Participação (%) das Grandes Áreas de Procedência dos Negreiros Atracados no Porto do Rio de Janeiro, 1811-1830



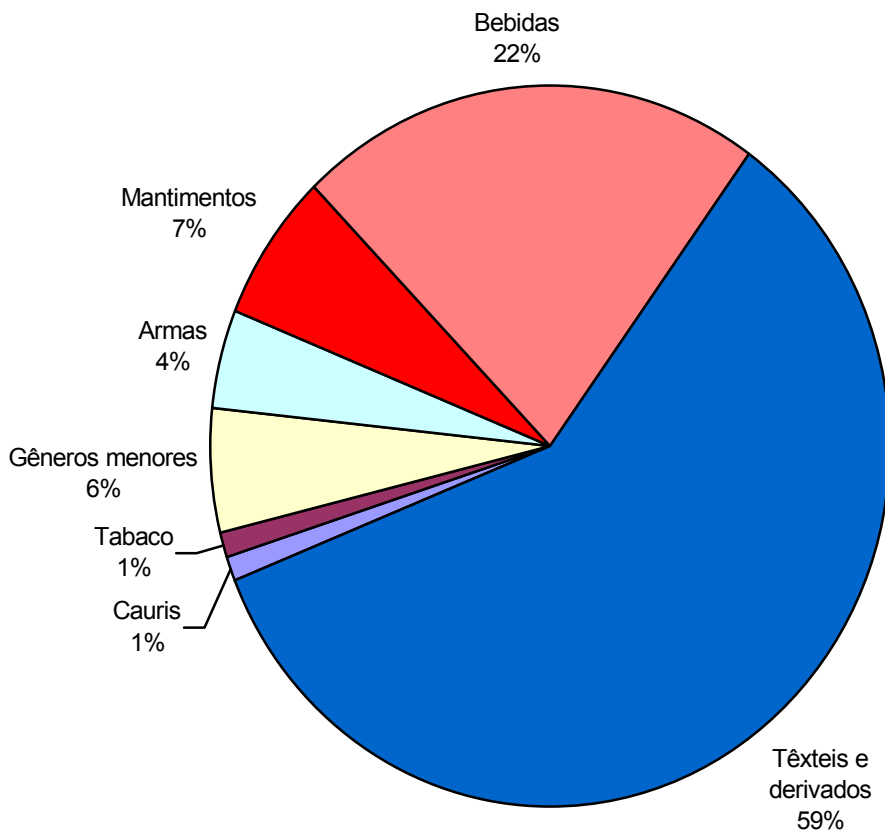
Fonte: FLORENTINO, Manolo. *Em Costas Negras: Uma História do Tráfico de Escravos entre a África e o Rio de Janeiro (Séculos XVIII e XIX)*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997, p. 80.

Ao longo do período cresceu expressivamente, tanto em termos relativos quanto absolutos, o volume de exportações da costa índica. A África Oriental consolidou-se como grande fonte abastecedora de escravos depois de 1811. A abertura dos portos brasileiros determinou o crescimento das exportações do litoral do Índico, as quais alcançaram um ritmo maior do que o das exportações da costa atlântica. Neste processo consolidou-se a posição da Ilha de Moçambique e dos portos ao sul, em especial o de Quilimane. Por outro lado, o crescimento das exportações afro-orientais denota a relativa incapacidade da zona congo-angolana em responder de imediato à subita alta da demanda do sudeste brasileiro após 1808.

Entre 1790 e 1830, nunca menos de oito entre cada dez africanos que viviam no Rio eram bantos originários do Congo ou de Angola. Na Luanda do século XVIII, comprava-se um homem adulto e em boas condições físicas por quinze chapéus finos ou em troca de quatorze pares de meias de seda. Três barris de pólvora ou 23 volumes de livros em branco também facultavam a aquisição de um negro. Com um cavalo ou dois barris de cachaça adquiria-se dois escravos nas mesmas condições. De cada 1\$000 réis constantes da pauta de importações angolana, \$600 destinavam-se à compra de têxteis, objetos de adorno e vestuário, \$200 à de bebidas e \$110 à aquisição de mantimentos e armas. Com o resto adquiria-se diversos gêneros menores, como utensílios domésticos, materiais de construção, especiarias, cauris e tabaco (vejam o gráfico 4).³ A julgar pelo Autor Anônimo que escreveu sobre o tráfico em meados do século XVIII, este padrão remontava à

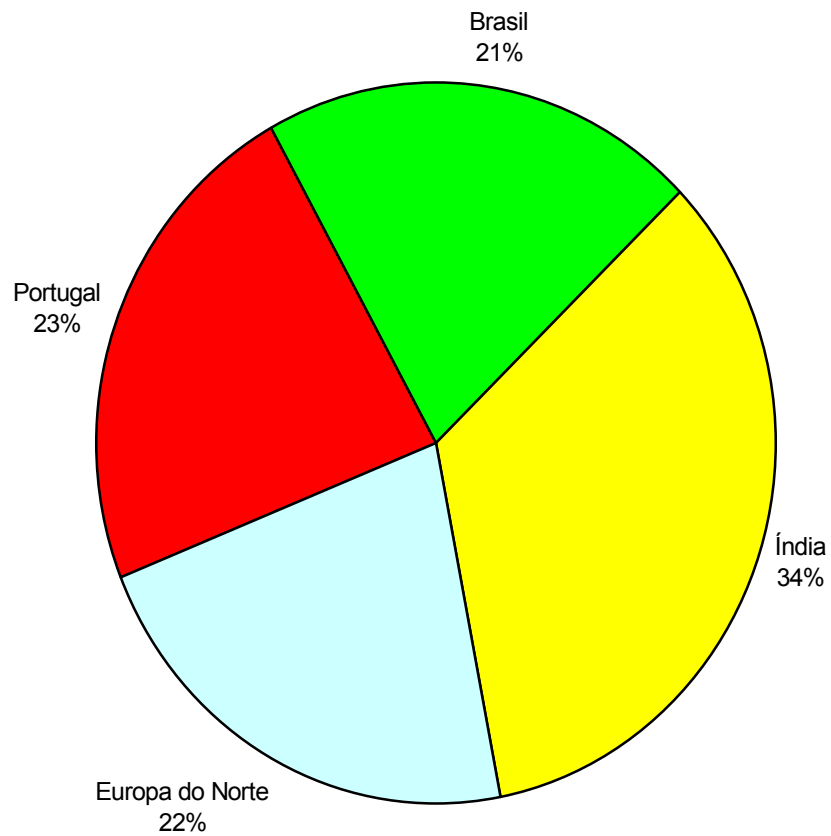
própria instauração do tráfico em Angola, pois "desde o princípio" o escambo tinha por base "viveres, licores e fazendas".⁴

Gráfico 4: Participação (%) dos Valores dos Produtos Importados por Luanda, 1785-1794



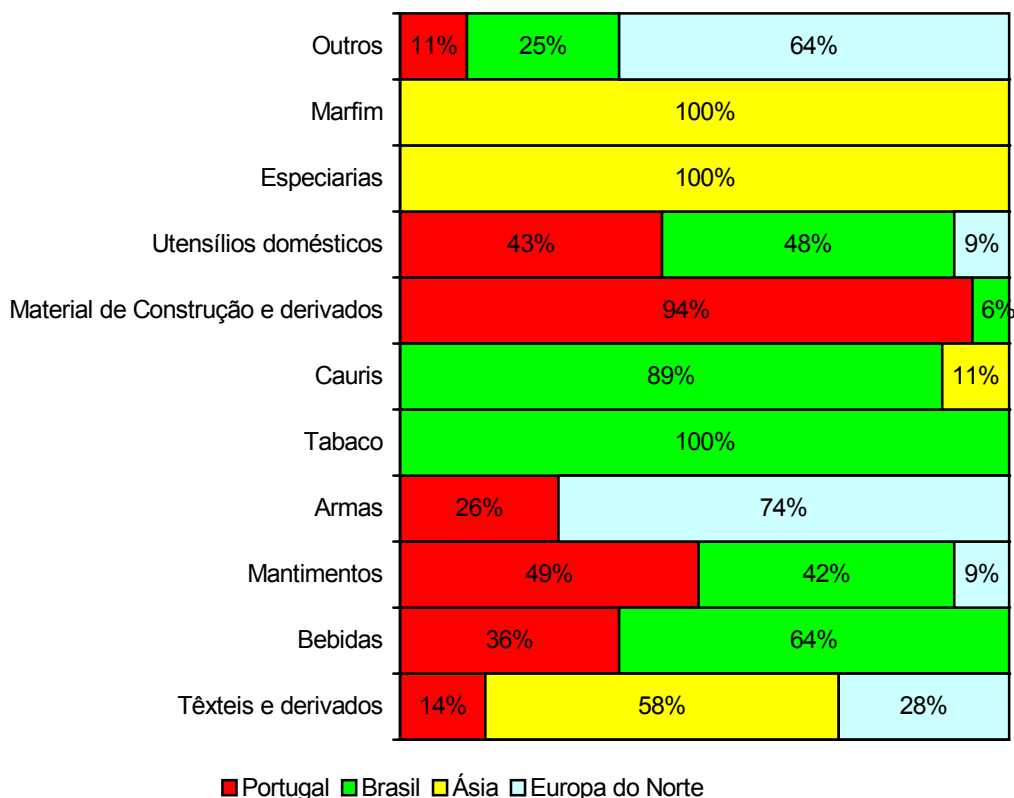
Fonte: *Balanço da importação e exportação deste Reino de Angola desde o anno de 1785, em que teve principio o estabelecimento da alfândega, até o anno de 1794, inclusive.* Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RJ), Seção dos Manuscritos, lata 77, documento 1.

Gráfico 5: Participação (por % dos valores) das Áreas de Origem dos Bens Importados por Luanda, 1785-1794



Fonte: *Balanço da importação e exportação deste Reino de Angola desde o anno de 1785, em que teve princípio o estabelecimento da alfândega, até o anno de 1794, inclusive.* Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RJ), Seção dos Manuscritos, lata 77, documento 1.

Gráfico 6: Participação (por % de valores dos produtos) das Áreas de Origem dos Bens Importados por Luanda, 1785-1794



Fonte: *Balanço da importação e exportação deste Reino de Angola desde o anno de 1785, em que teve principio o estabelecimento da alfândega, até o anno de 1794, inclusive*. Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RJ), Seção dos Manuscritos, lata 77, documento 1.

Do Estado da Índia vinha em torno de 1/3 de tudo que Angola importava. O resto provinha, em partes mais ou menos iguais, do Brasil, de Portugal e, por intermédio deste, de países da Europa do Norte -- vejam o gráfico 5. Portugal vendia a Angola sobretudo panos, bebidas e mantimentos. Os têxteis representavam 75% das vendas de outros países europeus, e perto de 60% das vendas brasileiras para Angola eram constituídas por aguardente de cana, e uma fração menor (15%) por mantimentos. Mas a moeda por excelência para a compra de escravos eram os panos da Índia (99% das vendas orientais para Angola).

Sabe-se hoje que, em fins do século XVIII, 1/3 dos tecidos de algodão remetidos ao Brasil pela Metrópole eram panos brancos da Ásia, que apenas recebiam as estampas em Portugal.⁵ Supondo que o mesmo ocorresse com a terça parte dos tecidos vendidos por Lisboa à África, então

os panos asiáticos representariam mais de 60% dos têxteis trocados por cativos. Isto daria à Índia uma participação efetiva (direta e indireta) de 40% nas compras efetuadas por Luanda. Por conseguinte, juntos, os produtos do Estado da Índia e das feitorias da América portuguesa contribuía com mais de 60% dos valores formadores do escambo angolano durante a segunda metade do século XVIII.

Com o Oitocentos, o peso das fontes das importações angolanas se modificou. Durante os dois primeiros anos da longa estadia dos Bragança no Brasil, a América portuguesa (o Rio de Janeiro, na verdade) contribuiu com 1/3 das compras africanas, a mesma cifra observada para as importações provenientes da Europa e da Ásia. Entre 1810 e 1812, entretanto, a participação do Rio de Janeiro disparou -- para 2/3 em 1810, e 75% nos dois anos seguintes.⁶

Corresponderia a este movimento uma maior participação da produção brasileira no conjunto das compras luandenses? Aparentemente não. É certo que somente a aguardente de cana representava 1/4 das compras angolanas em 1808-1809. Mas se, por então, as fazendas compunham 2/3 dos bens do escambo, nos três anos seguintes, quando Angola já adquiria no Brasil a maior parte de suas importações, os panos representavam pouco mais de 70% das compras africanas.⁷ É fácil deduzir que, com a abertura dos portos e a respectiva centralização dos fluxos de aquisições africanas no porto carioca, incrementou-se a participação dos têxteis entre os produtos que eram trocados por escravos em uma proporção maior do que aquela observada em fins do século XVIII, com a respectiva diminuição relativa de bebidas, mantimentos e armas.

Se às importações angolanas efetuadas diretamente na Ásia somarmos os panos indianos que através do Rio de Janeiro chegavam a Luanda, e aqueles que, também via Rio, atingiam o mercado africano depois de receberem estampas em Portugal, teremos que a Índia continuava a deter nas compras angolanas do início da década de 1810 mais ou a mesma participação verificada em fins do Setecentos. A novidade do século que se iniciava era o aumento da participação dos manufaturados europeus no escambo, em especial dos bens originários dos países do norte da Europa. Não é difícil imaginar a raiz desta mutação, já que a produção manufatureira européia podia atender com maior presteza as demandas derivadas do súbito crescimento das exportações de cativos africanos. Em resumo, talvez se possa postular que, ao longo das primeiras décadas do século XIX, a esfera sul-sul do império português (Brasil e Estado da Índia) contribuisse com metade dos valores que formavam os bens do escambo congo-angolano, cabendo à Metrópole e sobretudo a outros países da Europa os outros 50%.

Durante a segunda metade do século XVIII a zona congo-angolana praticamente só exportava escravos para o Brasil, com a cera e o marfim respondendo por apenas 1% de suas vendas. Com o advento do Oitocentos, a participação dos cativos diminuiu um pouco, e diversificaram-se os outros bens que acompanhavam os escravos nos negreiros. Assim, entre 1803 e 1805, o azeite de palma, a cera, esteiras, mel e canudos para cachimbo representavam no máximo 9% das vendas de Angola e Benguela para o Rio de Janeiro. Da chegada da família real até quase meados da década de 1810 os escravos constituíam 90% do total exportado por Luanda, com a cera e o marfim repondendo pelo resto (em 1812, excepcionalmente, os escravos representaram 64% das vendas, o marfim 33% e a cera 3%). Nesta mesma época os cativos representavam 85% das vendas de Benguela, com 12% para a cera e 3% para o marfim.⁸

O escravos eram, pois, o coração das vendas angolanas. Se suas exportações globais para o Rio de Janeiro seguiram as tendências detectadas para o tráfico de Benguela com o Brasil durante a segunda metade do século XVIII, então as saídas de bantos devem ter permanecido baixas entre a eclosão da crise mineradora e o início da década de 1760, aumentando daí até fins da década de 1770. Desta época a meados da década de 1790, dependendo do ano considerado, seu aumento

variou entre 50% e 100%.⁹ O *take-off* da industrialização inglesa -- com a conseqüente demanda por algodão -- e a revolução haitiana devem explicar estes movimentos. As flutuações dos desembarques de africanos entre 1790 e 1830 já foram expressas através do gráfico 1.

3.

As balanças comerciais encontradas em acervos brasileiros não indicam remessas de bens congo-angolanos para Portugal ou para a Índia. Há uma, porém, relativa ao período 1809-1822, que mostra terem os produtos africanos representado no máximo 0.4 % do valor total das compras realizadas por Lisboa no interior do império português.¹⁰ Insinua-se aqui que a existência de uma fração banto-africana no império somente adquiriria sentido através do tráfico negreiro para o Brasil.

Data de 1583 a primeira concessão conhecida do direito de traficar africanos para a capitania do Rio de Janeiro. Foi quando o então governador, Salvador Correia de Sá (pai), deu a João Valério Gutierrez o direito de comprar e revender negros diretamente da África, o que não significa que antes outros não o fizessem. Extremamente incipiente, o tráfico acabou por crescer continuamente ao longo do século XVII, especialmente a partir de 1620, quando os africanos passaram a surgir como os melhores substitutos para os cativos aborígenes. Na segunda metade do Seiscentos, o escambo de farinha de mandioca e cachaça por angolanos alimentava a navegação entre o Rio e a África, onde Angola constituía-se no maior mercado para a aguardente fluminense.¹¹

O que se pode afirmar é que, com certeza, desde o século XVIII o tráfico para o porto carioca era financiado pelos traficantes estabelecidos no Rio de Janeiro.¹² Seus inventários *post-mortem* não apresentam déficits para com casas mercantis européias ou da Índia, o que significa dizer estarem eles longe da condição de meros representantes de casas comerciais estrangeiras.¹³ Na verdade, proprietários que eram dos negreiros que transportavam os escravos e das mercadorias formadoras do escambo, os traficantes do Rio de Janeiro se utilizavam de três mecanismos para adquirir os bens europeus e orientais que, com os produtos coloniais, viabilizavam as compras de escravos na África.

Muitos compravam estes bens na própria África, junto a importadores europeus ou luso-africanos, movimento que redundava em sucessivas e expressivas remessas de dinheiro para Angola, tanto sob a forma de letras de câmbio como em ouro amoadado. Outros adquiriam estes manufaturados na Europa e na Índia e os exportavam diretamente para a África, o que também implicava na remessa para a Europa e para a Ásia de letras e, em especial, de moeda sonante. Embora continuassem vigendo após 1808, é possível que estes mecanismos -- particularmente o primeiro -- tenham dominado a formação do escambo antes da abertura dos portos brasileiros. Havia, por fim, o sistema predominante depois de 1808, calcado na importação dos produtos da Europa e da Índia e sua posterior reexportação para a África através do porto do Rio de Janeiro.

Vejamos alguns exemplos. A sociedade mercantil estabelecida entre o capitão Manoel Gonçalves Moledo, do Rio de Janeiro, e Ignácio Correia Picanço, de Benguela, constituía seus estoques para o escambo combinando basicamente o envio de manufaturados de Portugal diretamente para a África e a aquisição de mercadorias em Angola. Das remessas realizadas pelo sócio do Rio em 1804, 90% era constituídas por dinheiro e 10% por aguardente. No ano seguinte, fazendas aparentemente remetidas de Portugal para Benguela representavam 1/3 dos gastos do sócio brasileiro, com moedas e letras constituindo pelo menos 50%. Somente em 1808 é que os tecidos comprados em Lisboa, e de lá diretamente enviados a Benguela, superaram os envios de dinheiro.¹⁴

Caso ilustrativo da forma prevalecente de formação do escambo depois da chegada dos Bragança ao Brasil nos é dado pela correspondência do traficante Manoel Gonçalves de Carvalho com seu representante em Angola, Antônio Alves da Silva. Enviou-se a este, em outubro de 1819, 30 fardos de fazendas e 20 barris de bebidas, "*muito bons gêneros para o país (...) onde a qualidade é escassa.*", segundo Carvalho. Exigia-se por eles "*escravos novos que sejam bons, ainda que custem ainda alguma meio dobra.*" Os tecidos, observe-se, haviam sido comprados em Malabar e chegaram a Angola via Rio de Janeiro.¹⁵

Sobre outro grande traficante, Elias Antônio Lopes, sabe-se que, em 1812 e 1814, carregados de fazendas importadas, dois de seus navios compravam escravos em Cabinda.¹⁶ Quando de sua morte, em 1814, os armazéns da Alfândega do Rio estavam abarrotados de inúmeros tipos de têxteis de sua propriedade, os quais, provenientes de Goa, valiam 46:653\$806 réis -- nada menos do que 1/5 de sua fortuna. Elias morreu dominando uma enorme rede mercantil, através da qual adquiria mercadorias para o escambo (mas não somente) em grandes centros mercantis transcontinentais como Lisboa, Porto, Londres, Hamburgo, Amsterdã, Goa, e escravos em Luanda, Benguela e Moçambique

Perfil semelhante nos é mostrado pelos traficantes Joaquim José da Rocha, Francisco José da Rocha, José Marcelino Gonçalves e Antônio Fernandes da Costa Pereira, sócios de um bergantim que, em 1813, iria trocar por escravos sobretudo têxteis provenientes da Inglaterra.¹⁷ Importador de tecidos ingleses e asiáticos era o também traficante Simão da Rocha Loureiro que, com esses produtos (avaliados com cerca de 15:000\$000 réis), teve seu negreiro *Andorinha* apesado por navio inglês em 1812.¹⁸

O mesmo Elias Antônio Lopes demonstra que antes mesmo da vinda da corte lisboeta para o Brasil os traficantes cariocas já utilizavam o porto do Rio como ponto de reexportação de bens para o escambo. Assim, em 1803, a galera *Resolução* viera da cidade do Porto para o Rio carregada por sua conta e de seus sócios, partindo logo depois para o resgate de escravos em Angola.¹⁹ Há inclusive registros atestando que, em meados do século XVIII, do Rio de Janeiro se enviava para Angola e Benguela "os gêneros da Europa, da Ásia, dinheiro em meias doubles, aguardentes e outros gêneros".²⁰ Antes de 1808, porém, repitamos, é plausível que a maior parte das mercadorias não brasileiras que compunham os bens de escambo, compradas pelos mercadores da praça carioca, fossem diretamente de Lisboa ou Goa para Angola, sem escalas no Brasil.²¹ É o que mostra o processo que, em 1812, por causa de longo atraso na quitação de débito, foi aberto na Junta do Comércio pelo traficante Bernardo Lourenço Vianna, do Rio de Janeiro, contra seu devedor, Antônio Rodrigues de Moura, comerciante de grosso trato estabelecido em Luanda. As relações entre os dois litigantes remontava a pelo menos 1800, quando Antônio de Souza Portella, negociante de Lisboa, em nome de Vianna, emprestou vultosos recursos a Moura. Durante os quatro primeiros anos o negociante angolano quitou parcelas da dívida mas, depois de 1804, os pagamentos simplesmente cessaram. Desde então Portella falecera, sua casa de comércio faliu, e as dívidas do comerciante angolano para com o traficante carioca se acumularam, chegando a mais de vinte mil cruzados (8:000\$000 réis) em 1812. O financiamento de Vianna destinava-se à compra de mercadorias na Ásia, sendo o comerciante lisboeta, Portella, um mero intermediário.²²

Assim, todo o processo girava ao redor da figura do *adiantamento* das mercadorias: os comerciantes angolanos adiantavam fazendas, aguardente, tabaco, armas e pólvora aos sertanejos, que com elas se dirigiam ao interior para a troca por escravos. Antes, porém, em consignação, os comerciantes dos portos angolanos recebiam estas mercadorias dos capitães dos negreiros, individualizando-se frente ao capital traficante do Rio de Janeiro. A partir daí, as dívidas assumidas por eles para com as autoridades locais, para com os arrematadores de contrato de escravos, ou ainda para com os fornecedores privados eram pagas em letras passadas e quitadas pelos negociantes do

Rio de Janeiro. Daí que, segundo o Autor Anônimo, durante a segunda metade do século 18 as letras cariocas chegassem a circular como numerário em Benguela!²³

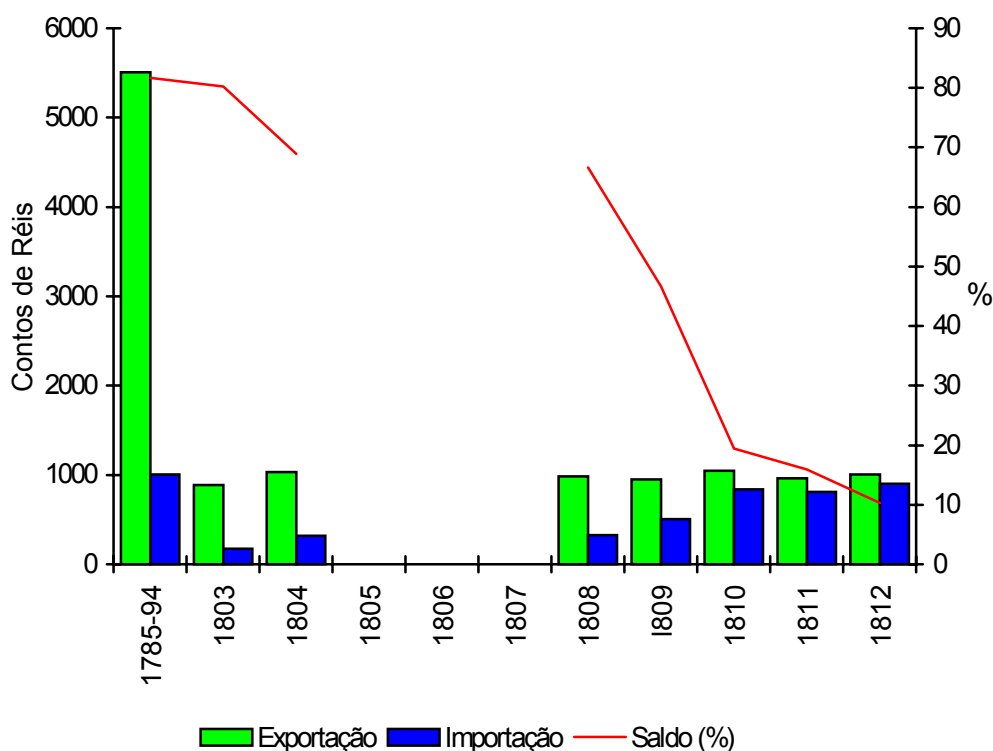
4.

É sabido que, de 1796 e 1812, sem considerar as remessas de metais preciosos para a Metrópole, a tendência foi de sucessivas perdas da praça colonial fluminense em seu comércio com Lisboa.²⁴ Somente entre 1810 e 1812 o saldo negativo alcançou 267:040\$755 réis.²⁵ Também em relação a Goa o comércio carioca era deficitário, redundando em perdas que somavam 1:105:640\$220 réis nestes três anos.

Viu-se que da Ásia adquiria-se sobretudo fazendas, pagas mediante moeda sonante, o mais importante item das exportações do Rio para a Índia.²⁶ É possível que 10% do que o Rio importava da Ásia, 20% do que vinha de Portugal, e 30% das compras efetuadas junto a outros países da Europa se destinassem ao tráfico que, desse modo, contribuía substancialmente para os déficits cariocas.

Também com relação à África os déficits cariocas eram uma constante ao longo do século XVIII. Entretanto, o gráfico 7 mostra que, com o advento do Oitocentos, eles tornaram-se substancialmente menores, embora se reiterassem. Tal mutação se explica pela afirmação da praça mercantil do Rio de Janeiro como grande centro reexportador de diversos bens produzidos em Portugal, noutros países europeus, e mesmo na Ásia. No fundamental, apenas juntou-se em um mesmo espaço o eixo do fluxo de mercadorias que viabilizavam o escambo escravista e a comunidade mercantil que o financiava.

Gráfico 7: Movimento Comercial de Luanda e Benguela com o Rio de Janeiro, 1785-1812 (em Reais)



Obs.: O movimento comercial de 1785 a 1794 abarca somente as exportações registradas no porto de Luanda para todo o Brasil (o que, neste caso, equivale basicamente ao Rio de Janeiro).

Fontes: *Balanço da importação e exportação deste Reino de Angola desde o anno de 1785, em que teve principio o estabelecimento da alfândega, até o anno de 1794, inclusive*. Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RJ), Seção dos Manuscritos, lata 77, documento 1; e *Resumo dos Mappas de Importação e Exportação... 1808-1814*. Arquivo Nacional, Junta do Comércio, caixa 448, pacote 1.

Somente entre 1810 e 1812 as perdas do Rio de Janeiro frente ao continente negro somaram 459:574\$479 réis. A diferença continuava a ser paga com ouro amoadado, que por certo não aparece nos registros das alfândegas africanas, embora constem dos rascunhos dos funcionários das mesmas.²⁷ Mas afirmar o controle do circuito negreiro pelos traficantes da praça mercantil do Rio implica necessariamente em redefinir estas perdas, pois a diminuição dos déficits cariocas para com a África não significou o arrefecimento das perdas da comunidade de traficantes para com o exterior. Ao contrário, pois se, com o século XIX, os manufaturados aumentaram a sua participação na formação do escambo, e se eles eram importados junto à Ásia e à Europa, é fácil aceitar terem aumentado os déficits da comunidade de traficantes para com estas áreas.

Contas feitas, entretanto, e a revenda de africanos no mercado colonial mais do que

compensava as perdas acumuladas pelos traficantes para com o exterior: os déficits transmutavam-se em lucro quando da distribuição dos cativos africanos no sul-sudeste brasileiro. Neste sentido, aliás, não é gratuito que a quitação das crônicas dívidas assumidas pelos traficantes para com Goa, Europa e África se desse fundamentalmente em dinheiro: tratava-se de numerário acumulado pelos traficantes da praça carioca a partir das revendas de cativos no Brasil.²⁸ Vejamos este processo mais de cerca.

As balanças comerciais do início da década de 1810 permitem ter uma idéia da envergadura do volume de recursos movimentados pelas redes que comerciavam com os africanos. Trabalha-se aqui com os africanos vindos de Luanda e Benguela para o porto do Rio de Janeiro e redistribuídos para a própria capitania fluminense e para Minas Gerais, Santos e Rio Grande do Sul. Não se leva em consideração a mortalidade em nenhum dos trajetos.

Na tabela 1, os dados relativos ao volume de africanos revendidos para Santos e Rio Grande do Sul foram retirados diretamente do *Resumo dos Mappas de Importação e Exportação*, pertencente ao acervo da Junta do Comércio (Arquivo Nacional). Assumimos que o Rio de Janeiro - a capital e o agro -- tenha consumido metade dos africanos provenientes de Luanda e Benguela. Por outro lado, não dispomos de números relativos às reexportações de africanos para Minas Gerais, mas sabemos que esta capitania, além de aparecer nas estimativas demográficas de 1819 como a maior concentradora de escravos do Brasil, recebia mais de 40% dos africanos desembarcados no porto do Rio de Janeiro entre 1825 e 1830.²⁹ Consideramos que algo próximo a este perfil possa ter prevalecido para os anos de 1810-1812, assumindo portanto que para Minas se dirigiam os escravos restantes.

Tabela 1: Perfil do comércio de escravos africanos do Rio de Janeiro com Angola, Benguela, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Santos e Rio Grande do Sul, 1810-1812

	1810				1811				1812			
	#	%	Valor	%	#	%	Valor	%	#	%	Valor	%
Escravos Exportados de Angola e Benguela para o Rio de Janeiro	13.954	100	925:560\$000	100	13.612	100	862:700\$000	100	11.238	100	692:789\$000	100
Escravos Exportados do Rio de Janeiro para o R. G. do Sul	552	4.0	66:816\$000	7.2	1.174	8.6	143:787\$600	16.7	1.168	10.4	175:035\$300	25.3
Escravos Exportados do Rio de Janeiro para Santos	320	2.3	40:960\$000	4.4	248	1.8	31:744\$000	3.7	299	2.7	38:272\$000	5.5
Escravos Exportados do Rio de Janeiro para o Rio de Janeiro	6.977	50.0	638:695\$511	69.0	6.806	50.0	917:033\$634	106.3	5.619	50.0	524:926\$980	75.8
Escravos Exportados do Rio de Janeiro para Minas Gerais	6.105	43.7	1:117:740\$030	120.8	5.384	39.6	1:450:869\$552	168.2	4152	36.9	775:759\$680	112.0

Fonte: *Resumo dos Mappas de Importação e Exportação... 1808-1814*. Arquivo Nacional, Junta do Comércio, caixa 448, pacote 1; Fonte: *Inventários Post-Mortem, 1790-1830* (Arquivo Nacional); e texto

Os preços médios dos africanos na África (63\$938 réis para os três anos) constam dos mencionados *Resumos*, do mesmo modo que os seus valores em Santos e no Rio Grande do Sul -- respectivamente, 128\$000 réis e 133\$255 réis. Configurava-se, nestes casos, lucratividades brutas médias de mais de 100%. Com relação a Minas, em suas *Memórias do Distrito Diamantino*, Joaquim Felício dos Santos afirma que, em fins do século 18, comprava-se escravos no Rio de Janeiro por algo entre 100\$000 e 120\$000 réis, e que estes eram logo revendidos em Minas Gerais por até 240\$000 réis.³⁰ É possível que tal padrão tenha se mantido na virada da década de 1800 para a seguinte, o que nos faculta assumir que a diferença entre o valor de compra dos escravos na África e o de sua venda nas Gerais gerasse lucros brutos de quase 400%. Por fim, os preços médios de escravos africanos entre 14 e 40 anos de idade no Rio de Janeiro, calculados a partir das listagens de escravos constantes de inventários *post-mortem* fluminenses, eram de 91\$500 réis para 1810, 135\$000 réis para 1811, e 93\$400 réis para o ano seguinte -- numa média de 107\$239 réis, o que, frente ao custo dos africanos em Angola, significa lucros brutos de quase 60%.

Embora o Rio Grande do Sul e Santos absorvessem juntos, em 1810-1812, de 6% a 13% dos escravos adquiridos pelo porto carioca na África, o valor das reexportações destes boçais variava de 11% e 31% do total das compras de escravos realizadas pelo Rio de Janeiro em Luanda e Benguela. Apenas o que se obtinha com a diferenças entre o preço de compra na África e o de revenda destes boçais para Santos e Rio Grande (duas áreas periféricas da Colônia, note-se) era quase 10% maior do que todo o déficit acumulado pelo Rio de Janeiro com a África ao longo de 1810-1812 (459:574\$479 réis). Nestes mesmos anos, o bruto recolhido com a revenda no próprio Rio de Janeiro era quase dez vezes maior do que o déficit acumulado para com Portugal (267:040\$755 réis, sem considerar ouro e prata), e o gerado pela revenda para Minas Gerais era três vezes maior do que as perdas acumuladas para com a Índia (1:105:640\$220 réis).

Globalmente falando, os 5:921:640\$287 réis brutos amealhados com as vendas para Santos, Rio Grande, Minas Gerais e para o próprio Rio de Janeiro representavam uma cifra 3.3 vezes superior à soma dos déficits acumulados pelo Rio de Janeiro para com a Metrópole, África e Ásia (1:832:255\$454 réis). Alcançavam também um valor três vezes superior ao obtido com as exportações de açúcar para Portugal entre 1810 e 1812 (1.913.711.000 réis).³¹ Este último dado indica que os valores gerados pelas vendas de escravos para o sul-sudeste, ao somarem uma quantia três vezes superior àquelas produzidas pelas exportações da *plantation*, transformavam o Rio de Janeiro em uma praça mercantil que tinha nas exportações um setor secundarizado frente ao que se lograva realizar no âmbito de reexportações de africanos para o mercado interno colonial.

As vendas de cativos teciam uma ampla rede, cujo eixo era representado pelo capital mercantil carioca. Seu âmbito abarcava dos confins dos sertões brasileiros até portos como Rio Grande, Desterro e Paranaguá. Não é absurdo postular que a maior parte dos ganhos do capital traficante do Rio de Janeiro proviessem desta rede. O lucro sobre a alienação aparece, portanto, como uma espécie de vocação da comunidade negreira residente, caracterizada, no seu topo, por empresários voltados para a atuação monopolística e simultânea em diversos setores de negócios. Tratava-se, de uma forte elite mercantil, controladora de gigantescas operações de natureza atlântica.

Observe-se, porém, que, estivesse nos pampas riograndenses, no planalto paulista, ou nas Gerais, era o comprador das reexportações cariocas de escravos quem, mediante moeda sonante e/ou créditos, viabilizava o pagamento dos déficits cariocas para com a Metrópole, a África e a Ásia. E o fazia, no limite, não exatamente através da produção voltada para o mercado internacional ou para outras partes do império português, mas sim mediante a realização regional de inúmeras

outras mercadorias. Referimo-me, com efeito, às farinhas, carnes salgadas, porcos, muares e demais, que eram produzidos e vendidos não apenas às *plantations* em expansão, mas também aos mercados locais. Tratava-se de incontáveis trocas cotidianas, efetuadas em meio a uma multidão de pequenos e médios produtores, cujo somatório, sem lugar a dúvida, era superior ao setor mais lucrativo e especializado da economia colonial -- a monocultura agro exportadora.

Em conclusão, o que se redefina aqui é uma certa imagem da sociedade colonial, que associa de forma indelével o colono ou bem ao senhor de muitos escravos, ou apenas ao homem pobre que, marginalizado da *plantation*, viveria praticamente fora do mercado, dedicado a uma produção de subsistência que beirava a economia natural.³²

NOTAS:

- ¹ Cf. Inventário *post-mortem*, 1789-1835, Arquivo Nacional (RJ); NUNES, Antônio Duarte. "Memórias públicas e econômicas da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro para o uso do Vice-rei Luiz de Vasconcellos por observação curiosa dos anos de 1779 até o de 1789", in: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, número 48, 1884, p. 29; e tb. IBGE. Estatísticas Históricas do Brasil. Rio de Janeiro, IBGE, 1986, vol. 3, p. 30.
- ² AUSTEN, Ralph A. "The trans-saharan slave trade: A tentative census", in: Gemery, Henry A. & Hogendorn, Jan S., editores. *The Uncommon Market (essays in the economic history of the Atlantic slave trade)*. New York, Academic Press, p. 66.
- ³ Por certo, muitos produtos destinavam-se a atender outras demandas que não o tráfico, mas somavam valores ínfimos se comparados àqueles alocados à aquisição de cativos. Daí ser possível que as compras registradas na Alfândega luandense reflitam sobretudo os bens formadores do estoque do escambo. Sobre o papel destes bens na economia tradicional africana, ver MILLER, op. cit., *passim*.
- ⁴ AUTOR ANÔNIMO. *Instruções em que se Mostra a Formalidade do Comércio do Reyno de Angola e Benguella, e o quanto tinha Florescido desde o seu Princípio até o Anno de 1760 em que Principiou a sua Ruína...* (Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, I 4455-94).
- ⁵ "As remessas de tecidos de algodão ascenderam a números muito avultados que fizeram deles a mais valiosa exportação portuguesa para o Brasil em finais do século XVIII e começos do XIX" (ALEXANDRE, Valentim. *Os Sentidos do Império*. Lisboa, Afrontamento, 1993, p. 49). Na página seguinte, Valentim Alexandre informa que "uma parte infelizmente não quantificável destes tecidos correspondia a panos brancos provenientes da Ásia que, uma vez estampados em Portugal, eram remetidos para o Brasil". Ver também PEDREIRA, Jorge. *Homens de Negócio da Praça de Lisboa*. Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1996, capítulos 1 e 2 (Tese de doutoramento).
- ⁶ *Resumo dos Mappas de Importação e Exportação... 1808-1814*. Arquivo Nacional, Junta do Comércio, caixa 448, pacote 1.
- ⁷ Idem. Os mesmos documentos indicam que em 1813, em tecidos, o Rio exportou para Angola 428:623\$932 réis de um total de 600:218\$602 réis.
- ⁸ Idem e *Mapa dos Efeitos que se exportarão desta Capitania do Rio de Janeiro para os Portos abaixo declarados no[s] ano[s] de 1803 [1804 e 1805]*. *Escrivão da Mesa Grande: Antonio Luis Ferreira Menezes*. Biblioteca Nacional - Seção de Manuscritos - I- 17, 12, 1 n° 8, 10 e 12.
- ⁹ Códice # 440, Arquivo Histórico Nacional - Angola, folha # 15. Agradeço a Rosa da Cruz e Silva, diretora do Arquivo de Angola, pela cópia deste documento.
- ¹⁰ *Quadros Financeiros, Balanços e Minutas, Sobre a Administração do Ministro Thomas Antônio de Villa Nova Portugal*, Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, II,30,27,27
- ¹¹ Cf. COARACY, Vivaldo. *O Rio de Janeiro no Século XVII*. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1965, pp. 47-48-54-69-223-224 e outras.
- ¹² Cf. RODRIGUES, José H. *Brasil e África: Outro Horizonte*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1964, pp. 27-30. Glasgow afirma que desde a segunda metade do século XVII o tráfico angolano era controlado comerciantes brasileiros (op. cit., pp. 146-147).
- ¹³ FLORENTINO, Manolo. *Em Costas Negras: Uma História do Tráfico de Escravos entre a África e o Rio de Janeiro*. São Paulo, Companhia da Letras, 1997, *passim*.

-
- ¹⁴ *Processo de Seqüestro de Bens de Micaela Joaquina Nobre Contra o Testamenteiro dos Bens de João Luciano Moura, Antônio Lopes Anjo* (Junta do Comércio, Arquivo Nacional, 1809, caixa 361, pacote 3).
- ¹⁵ Cf. Junta do Comércio, Arquivo Nacional, caixa 398, pacote 1.
- ¹⁶ Cf. parte de seu inventário na Junta do Comércio, cx. 348, pacote 1, Arquivo Nacional (RJ).
- ¹⁷ Cf. Junta do Comércio, cx. 445, pacote 1, Arquivo Nacional (RJ).
- ¹⁸ Cf. Junta do Comércio, cx. 372, pacote 3 e cx. 370, pacote 1, Arquivo Nacional (RJ).
- ¹⁹ Cf. parte de seu inventário na Junta do Comércio, cx. 348, pacote 1, Arquivo Nacional (RJ).
- ²⁰ *Descrição do Estado do Brasil, suas Capitânicas, Produções e Comércio*, documento pertencente ao acervo do Museu Britânico (código 13981), citado por RODRIGUES, op. cit., 1964, p. 26.
- ²¹ Corcino Medeiros dos Santos também indica ter sido fundamental o comércio Índia-Angola. Assim, entre 1785 e 1794, a documentação da Alfândega de Luanda indica ser a Índia o principal parceiro dos luandenses (de onde se importavam sobretudo têxteis) -- Cf. seu livro *O Rio de Janeiro e a conjuntura atlântica*. São Paulo, Expressão e Cultura, 1993, p. 156.
- ²² Junta do Comércio, Arquivo Nacional, caixa 377, pacote 1.
- ²³ AUTOR ANÔNIMO, op. cit.
- ²⁴ FRAGOSO, João e FLORENTINO, Manolo. *Negociantes, Mercado Atlântico e Mercado Regional: Estrutura e Dinâmica da Praça Mercantil do Rio de Janeiro entre 1790 e 1812*. Rio de Janeiro, Depto. de História/Laboratório Interdisciplinar de Pesquisa em História Social, 1998. Cf. tb. ARRUDA, José J. *O Brasil no comércio colonial*. São Paulo, Ática, 1980, tabelas 17 e 19.
- ²⁵ *Resumo dos Mappas...*, op. cit.
- ²⁶ Entre 1810 e 1812 os panos representavam 98% das importações cariocas junto a Goa, e o ouro amoedado variava entre 79% e 98% das exportações do Rio para a Índia. Cf. *Resumo dos Mappas...*, op. cit., e tb. FRAGOSO e FLORENTINO. *Negociantes*, op. cit.
- ²⁷ Por exemplo, nos registros da alfândega de Luanda consta que "Neste Reino também entraram bastantes porções de dinheiro em ouro, que alguns Comissários trazem do Brasil para compra de escravos" -- cf. *Balanço da importação e exportação deste Reino de Angola desde o anno de 1785, em que teve principio o estabelecimento da alfândega, até o anno de 1794, inclusive*. Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RJ), Seção dos Manuscritos, lata 77, documento 1.
- ²⁸ Discorrendo sobre as enormes exportações de metais preciosos do Rio para Lisboa entre 1763 e 1808, Corsino Medeiros dos Santos afirma que "essa sangria [de moedas do Rio para o Reino] só não teria levado o comércio carioca ao colapso porque as moedas cunhadas noutras capitânicas também tinham aí livre trânsito; além disso, nas Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás, e até mesmo no burgo carioca em algumas ocasiões, circulava o ouro em pó, apesar das muitas restrições" (cf. *Relações Comerciais do Rio de Janeiro com Lisboa*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1980, pp. 192-195.)
- ²⁹ FRAGOSO, João. *Homens de Grossa Aventura*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1998, p. 177; e IBGE, op. cit., p. 30.
- ³⁰ SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do distrito diamantino*. Petrópolis, Vozes/Instituto Nacional do Livro, 1978, pp. 282-283.
- ³¹ *Quadros Financeiros...*, op. cit., e *Resumo dos Mappas...*, op. cit.,
- ³² FRAGOSO e FLORENTINO. *Negociantes*, op. cit.